



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.175, DE 2020**

**(Da Sra. Patricia Ferraz)**

Altera o Código Penal para agravar a pena do crime de falsidade ideológica cometido para fraudar inscrição a programas sociais.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-2683/2020.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

O art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) passa a figurar a crescendo do seguinte parágrafo:

“ Art. 299 .....

.....

.....

.....

§ 2º. Se o crime é cometido para fraudar acesso a programas sociais, aumenta-se a pena de sexta parte.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo deste Projeto de Lei é proteger os programas sociais dos governos federal, estaduais e municipais do abuso perpetrado por criminosos que, valendo-se de mecanismos de facilitação de acesso, aproveitam-se indevidamente de recursos públicos que deveriam ser destinados às pessoas mais carentes da sociedade brasileira.

Trata-se de crime vil, que indigna a toda a sociedade, que tem sido punido de maneira leniente, por falta de um arcabouço penal legal mais severo.

Com este projeto, pretende-se elevar o risco daqueles que, de forma criminosa subtraem valores tão importantes para o público-alvo de programas necessários e urgentes de transferência de renda, como o auxílio emergencial, e outros, levando à descrença generalizada contra esses programas e, por conseguinte, a deterioração da questão social no país.

Em virtudes dos motivos acima relatados, peço aos pares que aprovelem essa proposta legislativa.

Sala das Sessões, em de junho de 2020.

**Deputada PATRÍCIA FERRAZ**  
**Podemos/AP**

#### **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

### **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

## Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

## CÓDIGO PENAL

## PARTE ESPECIAL

*(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa", de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984, publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)*

TÍTULO X  
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

CAPÍTULO III  
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

**Falsidade ideológica**

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

**Falso reconhecimento de firma ou letra**

Art. 300. Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------